

**“NESTA CASA ESTUDA-SE O DESTINO DO BRASIL”: UM OLHAR PARA A
REVISTA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E SUA IMPORTÂNCIA
PARA OS ESTUDOS DO SISTEMA DE PENSAMENTO DA DITADURA MILITAR**

*“IN THIS HOUSE THE DESTINY OF BRAZIL IS STUDIED”: A LOOK AT THE
JOURNAL OF THE WAR COLLEGE AND ITS IMPORTANCE FOR THE STUDY OF
THE MILITARY DICTATORSHIP'S SYSTEM OF THOUGHT*

Antônio Henrique Boaventura Silva¹

João Pedro Marri Serrão²

Resumo

Durante a Ditadura Militar no Brasil, as disputas de ideias tiveram importância crucial, considerando a necessidade do regime autoritário de se legitimar, como responsável por “restabelecer” a ordem nacional marcada pela “democracia cristã”. Em meio a este contexto, a Escola Superior de Guerra (ESG) obteve destaque na difusão intelectual de ideias e conceitos para seus estudantes, civis e militares, como forma de prepará-los para apoiar e conduzir as políticas governamentais estratégicas do regime. Este artigo possui como objetivo refletir sobre os fundamentos e valores divulgados pela Escola, em suas publicações acadêmicas, tendo em vista a sua importância na defesa dos “bons costumes” e a preservação da ordem contra a subversão. Como metodologia, optou-se pela recuperação, sobretudo, da edição inaugural da “Revista da Escola Superior de Guerra”, cujo conteúdo almejava lembrar as pesquisas cruciais para a trajetória acadêmica da Escola no seu decorrer. Nesse sentido, houve um enfoque na análise bibliográfica dos artigos publicados que mais ressaltam os ideais do projeto de governo da ditadura. Entre os principais resultados da análise, recuperou-se o papel da ESG como importante canal de difusão intelectual para a Ditadura Militar, ao elaborar, em um maior plano, a concepção ampliada de uma “Doutrina de Segurança Nacional”, e os chamados “objetivos permanentes” do Brasil, estes pilares do projeto de modernização conservadora do regime.

[1] Graduando do sétimo período em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Email: antonioboaventura93@gmail.com

[2] Graduando do sétimo período em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Email: joaomarri@ufmg.br

Palavras-chave: Ditadura Militar; Doutrina de Segurança Nacional; Escola Superior de Guerra; Revista acadêmica; Educação.

Abstract

During the military dictatorship in Brazil, disputes over ideas were of crucial importance, given the authoritarian regime's need to legitimize itself as responsible for “re-establishing” the national order marked by “Christian democracy”. In this context, the Escola Superior de Guerra (ESG) stood out in the intellectual dissemination of ideas and concepts to its students, both civilian and military, as a way of preparing them to support and conduct the regime's strategic government policies. The aim of this article, then, is to reflect on the foundations and values disseminated by the School in its academic publications, bearing in mind its importance in the defense of “good customs” and the preservation of order against subversion. The methodology chosen was to retrieve, above all, the inaugural edition of the “Revista da Escola Superior de Guerra”, whose content aimed to recall the research that was crucial to the academic trajectory of the School throughout its history. In this sense, there was a focus on bibliographical analysis of published articles that most emphasized the ideals of the dictatorship's government project. Among the main results of the analysis, it was highlighted that the School continued as an important channel of intellectual dissemination for the Military Dictatorship, by elaborating, at a higher level, the expanded conception of a “National Security Doctrine” and the so-called “permanent national objectives”, pillars of the regime's conservative modernization project.

Key-words: Academic Journals; Education; Escola Superior de Guerra; Military Dictatorship; National Security Doctrine.

1. **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

No decorrer da Ditadura Militar brasileira (1964-1985), identificou-se a necessidade do governo autoritário de se legitimar, como forma de garantir a sua

permanência no poder. Esta demanda era ainda intensificada, em meio ao medo, na perspectiva do regime e de seus aliados, da “ameaça comunista” infiltrar-se e disseminar-se no país, resultando na quebra da ordem vigente e dos “bons valores” da democracia cristã brasileira.

De acordo com estudos históricos contemporâneos sobre o sistema de pensamento da Ditadura Militar - com destaque aqui para os pesquisadores Rodrigo Patto Sá Motta (2014) Marcelo Ridenti (2014) e Nádia Gonçalves (2011) - houve a iniciativa do regime em prevenir-se contra o “inimigo interno”, para apaziguar as tensões políticas, econômicas e sociais do contexto, para evitar um possível desgosto da massa populacional propensa à adoção de práticas subversivas da esquerda. Dentre as alternativas tomadas durante o regime, houve o fomento para a ampliação de cursos acadêmicos de preparação de civis e militares, para capacitá-los para a manutenção e concretização de conceitos úteis para o projeto “apaziguador” do regime. É neste meio que atua a Escola Superior de Guerra (ESG), como uma instituição acadêmica auxiliar na formulação das ideias e conceitos utilizados pelo regime militar para a execução de suas políticas governamentais estratégicas de preservação da ordem.

A partir de tais considerações, este trabalho terá como objetivo compreender sobre a difusão dos conceitos da Doutrina de Segurança Nacional e, possivelmente, da lógica de “Modernização Conservadora” (RIDENTI. MOTTA. 2014) no meio acadêmico da Escola Superior de Guerra, a partir do seu periódico intitulado “Revista da Escola Superior de Guerra”, além de analisar a importância da ESG para os estudos históricos sobre o sistema de pensamento da Ditadura Militar. Como metodologia de análise, tem-se como inspiração o trabalho desenvolvido por José Antônio Sepúlveda (2010), que realizou uma análise do periódico “A Defesa Nacional”, para compreender o papel da ESG na “projeção” das ideias da dimensão militar para a dimensão educacional (SEPÚLVEDA. 2010). No entanto, para esta pesquisa, optou-se por adotar uma análise de cunho bibliográfico das publicações da edição número um da “Revista da Escola Superior de Guerra”, que fossem mais ressaltadas pela sua pertinência teórica para a trajetória intelectual da ESG, bem como os que melhor auxiliem na compreensão dos conceitos da Doutrina de Segurança Nacional e da Modernização Conservadora.

Como justificativa para tal pesquisa, é curioso o fato de que, apesar de estudos anteriores destacarem a importância da ESG, e de seus trabalhos acadêmicos, na formulação de conceitos essenciais à política governamental da Ditadura Militar, nota-se uma lacuna historiográfica relevante¹ a respeito do estudo da “Revista da Escola Superior de Guerra”. Ainda mais sendo lançada oficialmente pela Escola ainda no contexto pertencente à temporalidade da Ditadura Militar (1964-1985) e cuja iniciativa, em sua edição inaugural, foi retomar os seus principais referenciais teóricos - destacados pela própria edição do periódico - utilizados pelo regime no seu decorrer, em um recorte definido pelos estudos da Escola como aquele de manifestação das “2°, 3° e 4° fases” da Doutrina, ou corrente intelectual, da ESG (ARRUDA. 1984). Sendo tanto a terceira quanto a quarta, e também a segunda, correspondentes ao recorte temporal da Ditadura Militar².

2. A ESG E SUA RELAÇÃO COM A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Pensar a relação entre Escola Superior de Guerra para/com a Ditadura Militar brasileira (1964-1985) é pensar o lugar que o regime elegia à sua intelectualidade. Trata-se, sem dúvida, de um exercício de reflexão a respeito do que constituía os processos de formação educacional que promovia – tanto para militares, quanto para civis - e a produção acadêmica que a embasou. A palavra ou ideia central que pode resumir os esforços da ESG, sobretudo para a historiadora Samantha Quadrat (2012), é “preparação”.

A discussão, porém, envolve uma linha temporal muito anterior ao golpe militar de 1964. O texto “Doutrina de segurança nacional: muito citada, pouco comentada”, de Francisco Brasil, traz à tona elementos que demonstram continuidades entre muitos conceitos e ideias que formaram o pensamento militar

¹ Tal justificativa para a escrita deste trabalho se concretizou quando foi realizada uma primeira busca bibliográfica no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no site de divulgação científica SciELO, utilizando palavras-chave como “Revista da Escola Superior de Guerra” e “Revista ESG”. Como resultado, houve uma dificuldade na busca de alguma produção acadêmica cujo tema e seu objeto de estudo abordassem, diretamente, o referido periódico, o que motivou, por fim, a escrita deste artigo.

² Os recortes dados para cada fase compõem, em conjunto, uma data-limite de 1953 a 1983, sendo a 2° fase de 1953-1967, a 3° fase 1968-1973, e a 4° fase de 1968 a 1973. Ver ARRUDA, 1984.

brasileiro desde tempos consideravelmente remotos, permeando noções de “progresso”, “desenvolvimento” e “segurança”, por exemplo; e relacionando-os às diferentes maneiras de governo, às diversas constituições do país e, claro, às funções incumbidas às Forças Armadas nesses processos. Estas ideias que Brasil (1979) analisa serão retomadas em um outro momento do presente artigo.

A produção do texto em questão é curiosa também. É interessante destacar que se trata de uma conferência ministrada por Francisco de Souza Brasil, para o Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, em 1979. O autor era um ex-estagiário da Escola Superior de Guerra e palestrava para um grupo também de civis, isso demonstra um interesse multifacetado na tópica da Doutrina de Segurança Nacional por parte de grupos distintos. Assim, reitera-se um outro elemento pilar para a compreensão do papel da ESG: a maioria de seus cursos eram abertos, também, à civis convidados; integrando-os em um de seus macros objetivos chamado de “fortalecimento do Potencial nacional”, por exemplo (BRASIL, 1979).

A Escola foi fundada em 1948 e se baseou na ideia de segurança nacional. Sua definição é traçada por Francisco Brasil a partir do alargamento da noção de defesa. Segundo o autor, a conceituação prática de defesa passa por uma transformação. De “defesa” à “segurança” (palavra predileta aqui), a mudança está no olhar para dentro das fronteiras. A separação entre segurança interna e externa é evidenciada, no texto, desde o reinado de D. Pedro I, mas toma o sentido da vigia ideológica somente após o ano de 1946 com a Carta que redemocratizou o governo federal novamente. Essa “introduziu, pela primeira vez, o conceito de defesa interna contra ideologias e doutrinas contrárias à democracia (art. 141, § 13)”, à sua maneira. (BRASIL. p.404)

Um outro aspecto vital para a compreensão do aparato intelectual militar – e da ESG, especificamente - é a relação estipulada entre segurança e desenvolvimento. Esse talvez seja o trabalho de maior eloquência de Francisco Brasil em sua apresentação. O autor retorna aos positivistas que fundaram o militarismo brasileiro e argumenta que “segurança e desenvolvimento” é o novo “Ordem e progresso”, criando uma linha direta entre a república e sua formulação, e os processos que tomam curso no momento prévio ao início do que chama, sem surpresas, de “Revolução de 1964”. A dependência entre segurança e desenvolvimento ficará ainda mais evidenciada no decorrer do presente trabalho,

mas ela já mostra as caras na edificação fundadora da Escola Superior de Guerra. O General Augusto Fragoso, considerado um de seus grandes comandantes, explica:

A Segurança Nacional que, nos primeiros anos da Escola era admitida como abrangendo o Desenvolvimento, passou a ser considerada ao lado desse, estreitamente interrelacionada com ele, inscritas as duas áreas, Segurança e Desenvolvimento, no campo mais amplo da Política Nacional [...]

[...] No campo dessa nova doutrina matriz (Doutrina Política de Segurança e Desenvolvimento) se inscrevem, como doutrinas derivadas específicas, uma de Segurança e outra de Desenvolvimento", sendo que tudo indica "a preponderância lógica do Desenvolvimento [...]" (BRASIL. p.402)

Ainda anterior à Segunda Guerra Mundial, o início da década de 1930 é o momento no qual se percebe uma mudança nas concepções de ordem por parte das instituições militares (BRASIL, 1979). Observa-se, neste momento, uma forte influência de uma ideia de ordem social, especialmente de cunho weimariana. Quadrat rastreia um processo severo de internacionalização dos esforços educacionais que formam os militares. Esses passaram a ser instruídos não somente em uma perspectiva prática, mas para serem capazes de pensar a ordem e o "bem-estar geral" numa ótica administradora e gestora. A mudança é percebida no plano mais geral, não só no Ocidente, desde o pós-guerra, logicamente impulsionada pelas dicotomias centrais à Guerra Fria. (QUADRAT, 2012).

Uma relevância maior tem sido dada para uma participação mais ativa do exército francês na disseminação dessas ideias, curiosamente maior que a norte-americana, tão entendida no meio historiográfico como propulsora de tantos golpes de estado latino-americanos. A autora busca a origem de seu argumento num ressentimento prévio das forças armadas francesas com base em suas próprias experiências e nos confrontos que protagonizaram durante a Guerra de Independência Argelina e no Vietnã. A França recebeu muitos militares enviados à Europa e os ofertou, principalmente, cursos que tangenciavam tópicos como o da luta subversiva e das técnicas de interrogatório e tortura. Outras escolas, como a *US Army School of Americas*, que havia sido instalada no Caribe desde 1946, mas

que sofreu reformulações significativas no governo de John Kennedy para que se adequasse à políticas mais violentas com a justificativa de uma urgência necessária que o contexto pedia - como demonstra Lopes (2016) em “Escola das Américas: treinamento militar e ideológico no Canal do Panamá” – também tiveram seu peso, inclusive simbólico, como forma de patrocínio ideológico com os países latino-americanos. Cerca de 60 mil militares latinos a frequentaram e vários deles foram julgados por seus crimes contra os direitos humanos nos processos que seguiram a redemocratização de seus países (QUADRAT, 2012).

Voltando ao caso brasileiro, o pioneirismo da Escola Superior de Guerra está centrado na oferta de cursos sobre inteligência, mas sobretudo, informação. Uma reclamação comum compartilhada sobre a ESG era a respeito de seu caráter muito mais teórico do que prático, apesar de ter deixado sua marca num tipo de procedimento que consideramos central às políticas de repressão. Foi a partir dos cursos da ESG que se configurou e convencionou o sistema de coleta e compartilhamento de informes que foi utilizado por praticamente todos os órgãos de informação militares brasileiros em seus esforços, como verificado por outros trabalhos historiográficos de Samantha Quadrat³. O sistema permitia ranquear facilmente o nível de confiabilidade do informe e do informante num simples código, o que possibilitava uma noção mais aprofundada do que se pretendia saber.

A influência, portanto, da ESG para a formulação intelectual dos militares brasileiros está posta. Seu trabalho antecede o golpe militar de 1964, e se centrou no esforço de elaboração que permeou os conceitos vitais que envolveram as políticas públicas de repressão, por exemplo, no caso da Doutrina de Segurança Nacional e em suas noções de desenvolvimento. A Escola Superior de Guerra é formadora do que se chama por “comunidades de informações” e o uso de seus ensinamentos é verificado no decorrer da história conceitual da Ditadura Militar Brasileira.

3. POR DENTRO DA REVISTA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA: CONEXÕES TEÓRICAS COM A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

³ Ver QUADRAT, Samantha. *A repressão sem fronteiras: perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul*, 2005; Ver MARTINS, Roberto R. *Segurança nacional*. São Paulo, Brasiliense, 1986, p.32; Ver MOTTA, Rodrigo. *O instrutor*.

Lançado ao público em 1983, o periódico denominado “Revista da Escola Superior de Guerra” , se tornou o meio de divulgação mais recente da instituição, sendo, atualmente, disponibilizado suas edições para acesso público até mesmo pelos meios digitais. Através da revista, são publicados os artigos produzidos pelo seu corpo acadêmico, composta por civis e militares, em parceria com articuladores e pesquisadores de níveis nacional e internacional⁴.

Partindo então para a análise da primeira edição, esta foi lançada em dezembro de 1983 - em um contexto marcado pela política de transição conciliadora da Ditadura Militar. No entanto, como será constatado durante a análise, esta edição inaugural aparenta carregar a essência dos conceitos por trás das políticas estratégicas da Ditadura.

Primeiramente, identifica-se, em sua capa⁵, a imagem do prédio-sede da ESG, localizado na cidade do Rio de Janeiro, acompanhada por uma afirmação em seu canto inferior direito, com a seguinte frase: “Nesta casa estuda-se o destino do Brasil” (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. 1983). Para ressaltar mais a afirmação, destaca-se o seu autor como sendo o ex-presidente e general militar, Humberto de Alencar Castelo Branco. Antes mesmo de abrir a edição, somos expostos a um comentário de um ex-presidente da Ditadura Militar sobre a importância da Escola, o que faz transmitir uma certa expectativa em acessar o seu conteúdo, por ser indispensável, nesta concepção, para se entender a condução das atividades da Nação brasileira.

Já com o acesso, em meio digital, ao conteúdo da edição em análise, pode-se notar que a revista se compromete, por parte de sua linha editorial, em respeitar as indicações dos oficiais superiores ligados à Escola, sendo o Comandante da ESG e o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), responsáveis por designar a temática central por parte de cada número do periódico. Como maior prova dessa condição, a revista disponibiliza, como os dois textos em sequência ao editorial, essas imposições superiores. Nesse sentido, como

⁴ Atualmente, a revista permanece em atuação, com a recente publicação de sua 87ª edição no segundo semestre de 2024, além de estar incluída no Sistema de Avaliação de Periódicos Científicos (QUALIS), elaborado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior (CAPES), nas Áreas de Avaliação de “Ciência Política e Relações Internacionais”.

⁵ Ver Anexo I.

expresso em seu número de lançamento, a equipe editorial da revista procurou, atendendo às diretrizes de seus superiores:

[...]remontar às origens do pensamento desta Casa, bem como caracterizar aspectos da evolução de sua Doutrina e do papel desempenhado, ao longo dos anos, pelos membros do Corpo Permanente e do Corpo de Estagiários [...]. (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. 1983. p. 5).

O trecho, então, demonstra a necessidade de transmitir ao público-leitor as bases teóricas que moldaram a construção do conhecimento por parte da ESG. Logo em sequência, são listados os trabalhos a serem divulgados para leitura. Dentre os autores mencionados, percebe-se uma certa ênfase para o trabalho de autoria do general e ex-comandante da Escola Superior de Guerra - de 1952 a 1954 - Juarez do Nascimento Fernandes Távora⁶ no que diz respeito à temática da Segurança e do Poder Nacional, mas que prossegue para uma definição concreta da Doutrina de Segurança Nacional. E, por fim, ao artigo, de certa forma inesperada, de Alceu Amoroso Lima⁷, do qual aborda a respeito dos chamados “objetivos permanentes” a serem defendidos pelo Estado brasileiro e que, considerando a política governamental da Ditadura Militar, é possível enquadrá-lo como um conteúdo pertinente para compreender a chamada “modernização conservadora”.

3.1. Juarez Távora e a Doutrina de Segurança Nacional

A começar pelo artigo de autoria dada a Juarez Távora, o texto foi elaborado em março de 1953, como resultado de sua conferência dada aos alunos “Estagiários” da ESG - contexto este em que o autor ocupava o cargo de Comandante da Escola. Com um tom instrutivo, o artigo, intitulado “A Segurança Nacional, a Política e a Estratégia: Conceituação e Inter-relações” estabelece em seu início a linha de raciocínio da conferência, da qual abordaria a respeito da

⁶ Figura de tamanha participação política no período republicano. Além de disputar as eleições presidenciais contra Juscelino Kubitschek em 1955, ficando em segundo lugar na contagem de votos, também integrou o governo da Ditadura Militar, ocupando o cargo de Ministro de Viação e Obras Públicas entre 1964 e 1967. Na Escola Superior de Guerra, atuou como comandante entre 1952 e 1954.

⁷ No caso deste último, sua trajetória acadêmica passou por diferentes reformulações de pensamento, estando em certos momentos, em extremo apoio à ala anticomunista e conservadora, enquanto em outros com opiniões políticas moderadas e liberais. No contexto da Ditadura Militar, Alceu Amoroso Lima, enquanto um indivíduo dogmático cristão, se tornou, progressivamente, uma figura de oposição ao regime, elaborando críticas ao extremismo autoritário, principalmente após a promulgação do Concílio Vaticano II.

composição da Doutrina de Segurança Nacional, dividindo o texto pela abordagem dos tópicos identificados no título, para enfim, tratar da DSN. Neste caso, destaca-se aqui a nomeação do seguinte tópico, para qual será dado enfoque neste trabalho: “Doutrina de Segurança Nacional: Significação e Importância; Conteúdo e Evolução”. (TÁVORA. 1983. p.10).

Para o autor, a DSN se trata de uma composição, em longo prazo, da soma dos estudos acumulados pelo Estado Nacional, ou “Estado-Nação”, dos quais serão utilizados para a sistematização de uma “política de Segurança Nacional” . Nesse sentido, na concepção de Távora, tal organização deve servir como guia para a realização dos “objetivos nacionais”, na medida em que, para serem definidos, devem ser analisados, previamente, “a natureza e potência dos obstáculos internos e externos que se opõem, ou poderão vir a opor-se à realização daqueles objetivos” (TÁVORA. p.11).

Ademais, a lógica de estudos elaborada por Távora também envolve conhecer o nível do poder nacional do país, caracterizado pela capacidade do Estado de impor ordem em seu âmbito interno e de dispor-se a “salvaguardar” seus objetivos nacionais, em meio ao contexto externo das relações internacionais (TÁVORA. 1983). Esse nível de poder, no entanto, é definido pelo acúmulo do Estado nacional dos diferentes tipos de “manifestações de vitalidade” da nação, sendo divididas pelo autor entre as dimensões militar, econômica, psicossocial e política. Nesse sentido, é importante a composição estratégica dessas diferentes dimensões de poder, para garantir a capacidade do Estado de se defender e, simultaneamente, prosperar em seus objetivos nacionais.

Prosseguindo com a análise, um ponto interessante da abordagem de Távora é a noção ampliada de segurança e defesa do Estado nacional. Posicionamento este complementar aos estudos de Brasil (1979), do qual também aborda que “A Segurança Nacional é função do potencial geral da Nação do que de seu potencial militar” (BRASIL. p.401).

Consequentemente, ambos os autores corroboram com a ideia da importância de uma organização de olhar macro do projeto de governo, com o intuito de garantir a colaboração estratégica dos diferentes setores dos país para o cumprimento dos objetivos nacionais, que por sua vez serão também assegurados pelas forças de defesa em nível nacional. Isso, por outro lado, é um fator culminante

para a relação entre segurança e desenvolvimento. No caso, um país sem um desenvolvimento de seus diferentes setores, carece da garantia reforçada de sua segurança.

Essa visão complementa o trabalho de Nádia Gonçalves, intitulado “Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento na Ditadura Civil-Militar: Estratégias e a Educação”. Nele, a historiadora investiga as representações das ideias da Doutrina de Segurança Nacional sobre a Educação, enquanto parte da dimensão psicossocial, provenientes dos estudos da Escola Superior de Guerra (ESG).

Nesse sentido, a autora estabelece a ligação entre o conceito de Desenvolvimento, que visa a efetivação do bem comum de uma nação, ao promover o aprimoramento humano, territorial e institucional, com o conceito de Segurança, que se trata, na sua perspectiva, de gerar e preservar, até com uso de ações preventivas, a ordem nos diferentes âmbitos político, econômico e social (GONÇALVES, 2010). Logo, essa compreensão conecta com a perspectiva de Távora, quando o autor destaca a importância da Doutrina de Segurança Nacional de acompanhar o desenvolvimento do país, como um todo, levando também ao seu aprimoramento. (TÁVORA. p.11)

3.2. Alceu Amoroso Lima e a lógica da modernização conservadora

Dando sequência, inicia-se aqui a análise do artigo de Alceu Amoroso Lima, intitulado “Aspirações e interesses nacionais (Objetivos permanentes no Brasil): Civilização Brasileira”, lançado em maio de 1954 sendo também fruto de uma conferência do autor dada ao corpo discente da ESG, assim como Juarez Távora. Com objetividade, o artigo já explicita sua finalidade a partir do título. No seu decorrer, Lima realiza uma recuperação do que ele chama dos elementos básicos de uma nação, sendo estes a sua terra, os seus homens (no sentido de indivíduo) e suas instituições; e as “forças orientadoras” que coordenam a lógica do projeto de gestão do Estado Nacional sobre seus elementos-base, sendo estas: “de conservação, ou estática social, de progresso, ou dinâmica social e de equilíbrio, ou orgânica social”. (LIMA. 1983. p.123).

A começar, o autor argumenta sobre a importância do Estado brasileiro de conhecer o seu vasto e diversificado território, para que este possa incluir em seu

projeto de governo todas as regiões, porém de forma que seja estabelecido um denominador comum, uma “civilização brasileira” em comum, da qual colabora em conjunto para o desenvolvimento nacional, a partir do trabalho aplicado e do uso das suas particularidades regionais para a produtividade, sobretudo, econômica (LIMA. 1983. p. 130).

Já com relação ao elemento “Homem”, Lima destaca o papel do indivíduo na construção da Nação e de suas instituições, de forma que realiza até uma alegoria de um “humanismo brasileiro” presente no país, do qual fora inspirado, para o autor, pelas heranças da tradição humanista ocidental. (LIMA. 1983. p.134) No entanto, o autor destaca a necessidade do Estado nacional de sempre se comprometer com a manutenção de seus indivíduos cidadãos, numa espécie de aperfeiçoamento contínuo, através do elemento das instituições. Sobre estes, Lima recupera um conjunto do que para ele, num olhar sociológico, compõem a nação, referindo-se: à família, à escola, à igreja católica, ao trabalho e ao Estado. (LIMA. 1983)

Nesse sentido, o autor caminha para o desfecho de seu artigo ao relacionar os elementos abordados anteriormente com as forças orientadoras, definindo assim o que, em cada elemento, deve ser conversado por compor uma tradição nacional oficial, e o que deve ser alterado, no sentido de um aprimoramento dos componentes desses elementos básicos. Neste ponto, torna-se indispensável mencionar o conceito de modernização-conservadora, utilizado amplamente pelo projeto da Ditadura Militar, na visão de Motta e Ridenti. (MOTTA. RIDENTI. 2014).

Apesar de escrito na década de 1950, a linha editorial da Revista da Escola Superior de Guerra retoma o trabalho de Lima por considerá-lo essencial para a condução dos estudos na ESG no decorrer de suas fases intelectuais (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. 1983. P.5). Isso abre a possibilidade de usos e citações da abordagem de Lima durante a Ditadura Militar, para a composição dos valores, como morais e econômicos. Uma aproximação maior é verificada a partir composição da lógica de modernização conservadora, trabalhada por Motta e Ridenti, em publicação intitulada “A Ditadura que mudou o Brasil – 50 anos do Golpe de 1964”, livro feito por organização conjunta dos pesquisadores com o também historiador Daniel Araújo Reis. Na obra, define-se a modernização conservadora, em uma concepção geral, pela prioridade das demandas econômicas de uma sociedade capitalista, em detrimento dos valores democráticos, que são colocados em

segundo plano e até ocultados por regimes autoritários, como no caso da Ditadura Militar brasileira.

Nesse sentido, o trabalho de Lima ressalta elementos presentes na lógica de modernização conservadora da Ditadura Militar. Por um lado, a necessidade do progresso baseado no desenvolvimento econômico relacionado à “eficiência do trabalho”, à conservação da “moralidade pública e particular” sobre o sistema de produção e ao “combate à inflação” (LIMA. 1983. p.143). Por outro lado, o autor também ressalta a importância da conservação das instituições bases para a garantia de uma civilização brasileira decente.

No caso, destaca-se a condução da sociedade brasileira em torno dos princípios ligados à preservação: dos laços familiares tradicionais, rejeitando a proliferação de relações familiares divergentes do padrão heteroafetivo, com presença de ambos os pais, mas com designação da figura materna para a criação dos filhos; da unidade nacional, que conduza os cidadãos para cooperarem e admirarem a nação; da conservação moral sob base dos princípios cristãos, sobretudo de fé católica, combatendo assim as diversas distorções, causadas por outras religiosidades, para o autor, pagânicas; e, por fim, da importância da escola como meio de ensino dos bons costumes e do comprometimento dos jovens com a moral em sociedade. (LIMA. 1983. P. 138-141).

Este último é, inclusive, trabalhado por Gonçalves que enfatiza as ações psicossociais da Ditadura. Entre elas, destaca-se as chamadas operações psicológicas, como a propaganda, que devem atuar em conjunto com a educação, para rejeitar a proliferação de ideias ou práticas corruptivas à juventude brasileira. Sendo estes os entorpecentes, a desordem política e o sexo - este relacionado à quebra do papel fixo das mulheres, como esposas e procriadoras, nas relações familiares tradicionais. (GONÇALVES. 2010)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, portanto, caminhou para que se esclarecesse melhor o entendimento, à luz da disciplina histórica, de conceitos chave para a Ditadura militar brasileira. Tal análise enfocou principalmente as noções de Doutrina de

Segurança Nacional e Modernização Conservadora, sobretudo conforme se manifestam nas fontes utilizadas. São elas os textos de Juarez Távora e Alceu Amoroso Lima.

Ambos textos foram publicados na primeira edição da Revista da Escola Superior de Guerra e, por isso, o presente artigo preocupou-se em refletir um pouco a respeito do papel da ESG e o caracterizou como um dos principais pivôs que nortearam o aparato intelectual que trabalhou e impulsionou o campo ideário do regime. Trata-se de um achado interessante, uma vez que a edição fundadora da revista parece ter passado ao largo do olhar de quem produz história no Brasil.

Fica evidente a maneira tal qual as análises, apesar de ainda embrionárias, já possibilitarem um certo alargamento do alcance e uso dos conceitos destacados aqui. Pensando a partir do texto de Távora, conseguimos expandir o entendimento da Doutrina de Segurança Nacional para muito além do quesito bélico/militar tradicionalmente a ela associado, ao envolver seus desenvolvimentos em vários outros setores do país, como o psicossocial, o cultural, político e econômico. Já com Amoroso Lima, observa-se um adensamento da ideia de Modernização Conservadora, por elaborar os objetivos nacionais que a sintetizam no seu entendimento, evidenciando o que já apontavam Motta (2014) e Ridenti (2014). Entre eles, nota-se um desenvolvimento econômico que anda junto à uma conservação de certos princípios morais tradicionais ligados ao religioso, ao educacional e ao nacionalismo. Ambos aspectos, foram amplamente usados para que se justificasse a repressão durante a Ditadura Militar no Brasil.

5. REFERÊNCIAS

ARRUDA, Antônio de. A Escola Superior de Guerra: Origens. *In: Revista da Escola Superior de Guerra* v.2, n°2. 1984 p. 54-60. Disponível em: <<https://doi.org/10.47240/revistadaesg.v2i2>>. Acesso em 26 jun 2025..

BRASIL, F. DE S. Doutrina de segurança nacional: muito citada, pouco comentada. *Revista de Direito Administrativo*, v. 137, p. 398–411, 12 jan. 1979

GONÇALVES, Nadia. Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento na Ditadura Civil-Militar: Estratégias e a Educação. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (ORG.). **A Ditadura que mudou o Brasil – 50 anos do Golpe de 1964**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2014.

LIMA, Alceu Amoroso. Aspirações e interesses nacionais (Objetivos permanentes no Brasil): Civilização Brasileira. *In: Revista da Escola Superior de Guerra* v.1, n°1. 1983 p. 123-145. Disponível em: <<https://doi.org/10.47240/revistadaesg.v1i1>>. Acesso em 26 jun 2025.

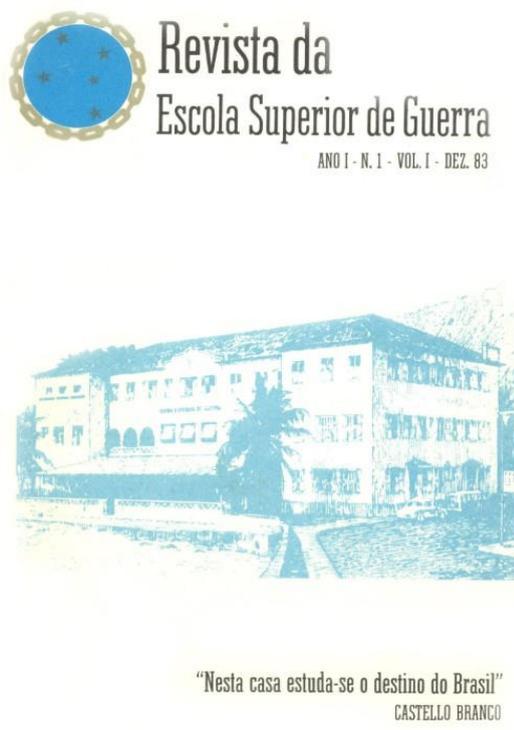
LOPES, Henrique Sena Guimarães. Escola das Américas: treinamento militar e ideológico no Canal do Panamá. **Revista Hydra**, vol.1, n.2, agosto de 2016, p.186-200.

SEPÚLVEDA, José Antônio Miranda. **O Papel da Escola Superior de Guerra na Projeção do Campo Militar Sobre o Campo Educacional'** 30/11/2010 260 f. Doutorado em EDUCAÇÃO. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca do CFCH.

TÁVORA, Juarez do Nascimento F. A Segurança Nacional, A Política e a Estratégia: Conceituação e Inter-relações. *In: Revista da Escola Superior de Guerra* v.1, n°1. 1983 p. 9-20. Disponível em: <<https://doi.org/10.47240/revistadaesg.v1i1>>. Acesso em 26 jun 2025.

6. ANEXOS

I.



Capa da edição inaugural da Revista da Escola Superior de Guerra.1983.
Disponível em: <<https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/issue/view/1>>. Acesso em 26 jun de 2025.